

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

09.2024



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutive.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	7
NOTÍCIAS DO MPF.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	11
NOVIDADES LEGISLATIVA.....	13

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT



[Pesquisa avalia atendimento às pessoas com deficiência nas escolas](#)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso lançou pesquisa a fim de avaliar como está o atendimento, acolhimento e ensino às Pessoas com Deficiência nas redes pública e privada do estado. A realização do diagnóstico faz parte do projeto estratégico do MPMT “Abraçando as Diferenças”. A pesquisa ficará disponível até o dia 12 de setembro. Acesse [aqui](#).



[Orçamento deve contemplar metas e estratégias da educação, diz Fórum](#)



As metas e estratégias tratadas nos Planos Estadual e Municipais de Educação devem ser contempladas nas peças orçamentárias para o exercício de 2025. O alerta consta em ofício do Fórum Intersectorial de Acompanhamento dos Planos de Educação (FIAPE) que será enviado a todos os prefeitos e vereadores dos 142 municípios de Mato Grosso, assim como ao Governo do Estado. A deliberação sobre a recomendação foi tirada em reunião realizada no dia 15/08 pelo Fórum.

[Rede Protege promove formação para profissionais da Educação](#)

A Articulação Intersectorial da Infância e Adolescência de Cuiabá (Rede Protege), por meio da 27ª Promotoria de Justiça Criminal e da 14ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital, promove formação para os profissionais da Educação sobre o tema “Violência sexual contra crianças e adolescentes: tipificação criminal, como identificar e o que fazer”. Realizado em parceria com a Coordenadoria de Formação da Secretaria Municipal de Educação (SME), a formação será virtual e ocorrerá nas próximas quintas-feiras (8, 15, 22 e 29) pela manhã, por meio da plataforma Zoom.



Decreto estadual que transfere ensino aos municípios é inconstitucional



Após o Ministério Público do Estado de Mato Grosso recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal de Justiça de Mato Grosso reuiu decisão anterior e julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para declarar inconstitucional a normativa que retira do Estado e impõe aos Municípios a responsabilidade integral pelos anos iniciais do Ensino Fundamental. A transferência da educação básica para os municípios estava prevista no artigo 3º do Decreto nº 732/2002.

TJ acolhe ADI do MPMT e proíbe postos de combustíveis perto de escolas

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso acolheu por unanimidade Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ingressada pelo procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, com pedido de medida cautelar, e suspendeu a eficácia do artigo 88, inciso II, da Lei Complementar nº 389/2015, com redação conferida pela Lei Complementar nº 529/2023, do Município de Cuiabá, que permitia a construção e funcionamento de postos de combustíveis a uma distância inferior a 200 metros de escolas e creches. Essa alteração na legislação colocaria em risco a segurança de alunos de escolas e crianças atendidas por creches.



Enfrentamento à violência contra a mulher é tema de palestra em escola



A convite da Escola Estadual Hermelinda Figueiredo, em Cuiabá, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso esteve na unidade de ensino, para falar sobre enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Cerca de 200 alunos de 11 a 16 anos, além de professores, participaram da palestra proferida pelo promotor de Justiça Tiago de Sousa Afonso da Silva, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino do MPMT.

Autocomposição viabiliza instalação de 800 câmeras em salas de aula

Com o objetivo de ampliar a segurança de alunos, professores e pais no ambiente escolar, o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Sorriso (a 398 km de Cuiabá), firmou termo de acordo judicial para a instalação de mais de 800 câmeras em salas de aula da rede municipal de ensino.



Projeto do MP realizou mais de 5 mil atendimentos em escolas de VG



Os números expressivos traduzem a importância do trabalho voltado à comunidade escolar de Várzea Grande. Dados dos últimos cinco anos registram mais de 5,5 mil atendimentos realizados pelo Projeto Fortalecer. Instituído pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Várzea Grande, o projeto atua no enfrentamento à evasão escolar e completou 20 anos de dedicação ao fortalecimento e integração dos pilares família-sociedade-escola.

Promotoria de Juara oferece curso EaD para profissionais da educação

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Juara (a 709km de Cuiabá) realizou, nos dias 29 e 30 de agosto, o curso online Noções Básicas de Soluções de Conflitos Escolares para os profissionais de educação do município, na modalidade de ensino à distância (EaD). Diretores e coordenadores de 12 escolas da Rede Pública de Ensino de Juara, sendo duas escolas indígenas, participaram da capacitação, que tem por objetivo a prevenção da violência escolar e a promoção de uma cultura de paz nas unidades de ensino.



Escolas recebem palestras sobre preservação dos cursos d'água



Mato Grosso atravessa mais um período de seca. Algumas cidades estão há mais de 20 dias sem chuvas significativas. A estiagem impacta diretamente no nível dos rios, que está cada vez mais baixo. Cenário que reforça ainda mais a importância de ações de educação ambiental para a preservação dos recursos hídricos. Com o objetivo de levar conscientização sobre a importância da água, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) e a Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental (ARPA), por meio de uma parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço, oferecem palestras de graça sobre os cuidados e usos sustentáveis dos recursos hídricos às escolas.

Promotoria estimula preservação do patrimônio público entre estudantes

O tema valorização e preservação do patrimônio público está ganhando as salas de aula e as paredes das escolas públicas no município de Campo Novo do Parecis (a 396 km de Cuiabá). Em uma iniciativa da 2ª Promotoria de Justiça da comarca, o assunto passou a ser levado para o dia a dia dos estudantes por meio do projeto “Canoa – Educação Patrimonial”.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

V Encontro Nacional de Promotores propõe mais fiscalização para garantir financiamento e ambiente escolar democrático



Cerca de 120 membros e assessores do Ministério Público no Brasil estiveram reunidos durante quinta e sexta-feira (22 e 23/08), no Recife, no V Encontro Nacional de Promotoras e Promotores de Justiça da Educação. O evento, que promoveu debates com representantes do governo federal e pesquisadores de referência em temas estratégicos, apontou para a necessidade urgente de recomposição do financiamento da educação básica, valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além da criação de mecanismos que possibilitem aferir o cumprimento do novo Plano Nacional de Educação (PNE) ao longo dos próximos dez anos. Foi discutida também a ameaça das escolas cívico-militares à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os desafios do mundo digital e a garantia do ensino público mesmo em situações de calamidade pública.

GEDUC garante professor de Educação Física nas escolas municipais de Presidente Prudente

O Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC) conseguiu decisão liminar em ação civil pública que visa à obrigatoriedade de professores de Educação Física nas salas de aula das escolas municipais de Presidente Prudente. A Justiça atendeu ao pedido do MPSP e determinou que o município adote, no prazo de 30 dias, as providências necessárias para que sejam fornecidos professores especializados com formação em educação física, devidamente habilitados em concurso público, para atender alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.



MP do Ceará acompanha habilitação dos municípios para distribuição dos recursos do Fundeb referentes à complementação do Valor Anual por Aluno

O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (Caoeduc) e das promotorias de Justiça, está acompanhando o processo de habilitação dos municípios para distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no que se refere à complementação do Valor Anual por Aluno (VAAR). Neste ano, as redes de ensino têm até 31 de agosto para o registro das informações na plataforma do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os municípios habilitados receberão os recursos em 2025 para investimento em melhorias na qualidade da educação. Confira [aqui](#) o documento publicado pelo Ministério da Educação que regulamenta as metodologias de aferição das condicionalidades da Complementação VAAR.

[MPRN firma acordo histórico para segurança de escolas estaduais de Mossoró](#)



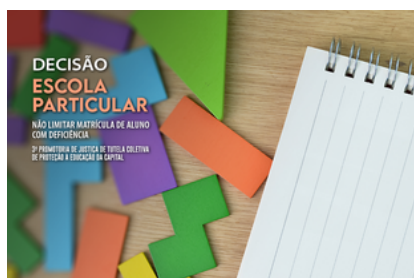
O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte firmaram um acordo para a adoção de medidas visando à obtenção do Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) em todas as escolas da rede estadual da Comarca de Mossoró. O Termo de Acordo foi assinado no dia 01/08, na sede do MPRN, e prevê prazo até 2026 para a conclusão das obras.

[MPRN recomenda medidas ao Conselho Tutelar para combater evasão escolar](#)

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou ao Conselho Tutelar de Lajes diretrizes para enfrentar os casos de infrequência e abandono escolar entre crianças e adolescentes. A medida, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 13/08, visa assegurar que pais e responsáveis cumpram suas obrigações educacionais e garantir a continuidade da educação para todos os alunos.



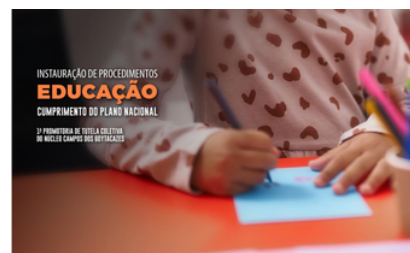
[MPRJ obtém decisão que obriga escola particular a não limitar a matrícula de alunos com deficiência em suas unidades](#)



O MPRJ obteve decisão liminar na Justiça determinando que o Colégio Intellectus deixe de limitar a matrícula de alunos com deficiência em suas turmas. O objetivo da ação, ajuizada pela 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, é garantir o direito fundamental da criança à educação.

[MPRJ instaura procedimentos para apurar cumprimento das regras do Plano Nacional de Educação em Campos, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Campos dos Goytacazes, instaurou, em 22/07, procedimentos administrativos tendentes a apurar o efetivo cumprimento, por parte dos municípios de Campos dos Goytacazes, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente no que tange à garantia de acesso universal e gratuito para crianças de quatro a cinco anos de idade, bem como a oferta de vagas suficientes para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 03 três anos de idade.



[Em Santa Isabel do Rio Negro, irregularidades no pagamento de professores e uso indevido de recursos do Fundeb motivam inquérito civil do MPAM](#)



Motivado por denúncias que indicam que professores contratados, mesmo graduados, receberam salários abaixo do piso nacional da categoria, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) instaurou um inquérito civil para apurar supostas irregularidades cometidas pela prefeitura de Santa Isabel do Rio Negro. Segundo a investigação, conduzida pela Promotoria de Justiça do município, também há suspeitas de que a prefeitura esteja utilizando recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para pagar o funcionalismo público municipal, desviando, assim, os recursos destinados exclusivamente à educação.

[Após ação do MPMG, Justiça determina que cinco famílias de Manhauçu matriculem seus filhos em rede regular de ensino](#)

A pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Justiça deferiu liminares determinando que cinco famílias de Manhauçu providenciem a imediata matrícula de seus filhos na rede regular de ensino (pública ou particular) e zelem pela efetiva frequência das crianças à escola, sob pena de multa diária de R\$ 500, além da configuração de infração administrativa e crime previstos pela legislação brasileira.



NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[Em resposta ao MPF, MEC propõe grupo de trabalho para discutir impactos de operações policiais sobre a educação](#)



O Ministério da Educação (MEC) propôs ao Ministério Público Federal (MPF) a criação de um grupo de trabalho (GT) ou comissão para discutir o tema dos impactos de operações policiais no funcionamento do sistema educacional e formas de reparação – sobretudo, aqueles relativos à suspensão de aulas e fechamento de escolas.

[MPF obtém condenação de faculdades por irregularidades em cursos de graduação em Penedo \(AL\)](#)

O Ministério Público Federal (MPF) obteve decisão favorável em ação civil pública ajuizada contra as instituições de ensino superior União Brasileira de Ensino Superior e Pesquisa Eireli, mantenedora da Faculdade Albert Einstein (Falbe), e Faculdade Sucesso Ltda, mantenedora da Faculdade Sucesso (FAS). Elas foram condenadas por irregularidades no credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos na modalidade presencial e à distância no município de Penedo, em Alagoas.



[MPF quer manter condenação de ex-prefeita de Uiraúna \(PB\) por desvio de recursos destinados à construção de escola](#)



O Ministério Público Federal (MPF) opinou pela manutenção da condenação da ex-prefeita de Uiraúna (PB) Glória Geane de Oliveira Fernandes, por desvio de recursos para construção de uma escola no município. A então gestora foi condenada a 3 anos, 9 meses e 15 dias de reclusão pela 8ª Vara da Justiça Federal na Paraíba, em ação proposta pelo MPF. Também foram condenados dois empresários acusados de envolvimento no esquema. Para tentar reverter a sentença, os acusados recorreram ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), no Recife.

OUTRAS NOTÍCIAS

[Ideb e Saeb 2023: conheça os avanços e retrocessos dos estados e municípios brasileiros](#)



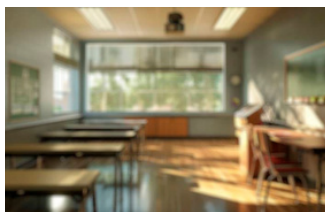
O Todos Pela Educação preparou um novo material com destaques regionais dos principais indicadores da Educação brasileira. A análise considera o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a Nota do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) das redes municipais e estaduais, entre 2019 e 2023. O objetivo é seguir monitorando indicadores e qualificar o debate sobre as melhores estratégias para avançarmos no Ensino Básico do país, a partir dos dados divulgados neste mês pelo Ministério da Educação. [TENHA ACESSO AO LEVANTAMENTO COMPLETO AQUI.](#)

[Levantamento aponta necessidade de apoio aos municípios para expansão da educação infantil](#)



Quase metade, 44% dos municípios do país têm crianças aguardando por uma matrícula na creche, a maioria (9 em cada 10) por falta de vagas. Juntos eles têm um total de 632.763 pedidos de vaga não atendidos para essa etapa. Os dados são do Levantamento Nacional “Retrato da Educação Infantil no Brasil – Acesso e Disponibilidade de Vagas” e foram divulgados nesta terça-feira, 27 de agosto, pelo Ministério da Educação e o Gaepe-Brasil*, governança coordenada pelo Instituto Articule em parceria com a Atricon e o Instituto Rui Barbosa, que reúne entidades do poder público e da sociedade civil. [CONFIRA O LEVANTAMENTO COMPLETO AQUI.](#)

[Nova lei garante regime escolar especial a estudante doente e mãe lactante](#)



Foi sancionada a lei oriunda do [PL 2.246/2022](#) que prevê regime especial escolar para estudantes doentes, em tratamento hospitalar, ou mães que amamentam. Aprovado em julho no Senado, o texto foi apresentado pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) quando era deputada federal. Ela reforça que a medida vai permitir que crianças em tratamento contra o câncer ou que passem por cirurgias terão atendimento em casa ou no hospital, e assim garantir a continuidade dos estudos.

[Poder Judiciário medeia acordo para instalação de câmeras em escolas de Sorriso](#)

O Poder Judiciário de Mato Grosso fez a mediação de um acordo que irá promover a instalação de câmeras em escolas e creches do município de Sorriso. Por meio da atuação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca, foi possível construir um acordo entre o Município de Sorriso, Ministério Público, Secretaria de Educação e Associação de Mães de Sorriso.



[STF mantém suspensão lei de Rondonópolis que proíbe uso de linguagem neutra](#)

O Plenário do STF manteve decisões do ministro Flávio Dino que suspenderam leis dos municípios de Rondonópolis (MT) e Navegantes (SC) que proíbem o uso de linguagem neutra em escolas e bancas examinadoras de seleção e de concursos públicos municipais. A decisão, unânime, foi dada em sessão virtual concluída no último dia 6, no referendo de liminares em duas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental: [ADPF 1163](#) (MT) e [ADPF 1159](#) (SC).

[MEC vai destinar mais recursos diretamente às escolas](#)

O Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), publicou no dia 19/08, duas resoluções que tratam da destinação de recursos para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nas modalidades Programa Escola e Comunidade (Proec) e PDDE Equidade ([Resolução nº 16/2024](#) e [Resolução nº 17/2024](#))



MEC elaborará protocolos de prevenção ao racismo nas escolas



O Ministério da Educação (MEC) irá elaborar protocolos de prevenção e resposta ao racismo em todas as etapas da educação básica e no ensino superior. A medida faz parte da implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), e vai contar com a expertise de educadores e pesquisadores especialistas em estudos raciais.

Prorrogado prazo para regularização de obras escolares

O Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), anunciou a prorrogação do prazo para que os estados, os municípios e o Distrito Federal respondam a diligências técnicas adicionais relacionadas ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante. A medida foi estabelecida pela Portaria nº 716, publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 28 de agosto.



NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEI Nº 14.952, DE 6 DE AGOSTO DE 2024 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br